

DA COLONIZAÇÃO LINGÜÍSTICA PORTUGUESA À ECONOMIA NEOLIBERAL: NAÇÕES PLURILÍNGÜES

Bethania MARIANI (UFF/CNPq)
bmariani@terra.com.br

O objetivo deste texto é apresentar características do presente lingüístico do Brasil e de Moçambique, tendo em vista a memória histórica constitutiva das duas formações sociais em sua dimensão lingüística

Quando nos debruçamos sobre a história das línguas em uma situação de colonização lingüística, quando tomamos as línguas em seu percurso como objeto simbólico, elemento constitutivo de identidade nacional, podemos perceber esses efeitos da violência colonizadora sobre as línguas. Não há processo colonizador que não tenha passado pelo acontecimento lingüístico que resulta da imposição violenta da língua do colonizador, uma imposição que confronta línguas com funcionamentos e memórias sociais distintas, e que acaba por produzir, ao longo do contato lingüístico e social, a emergência de um lugar enunciativo diferenciado e determinado em relação à constituição da língua nacional. (ORLANDI, 1993) A atribuição de sentidos para a língua nacional, ou para as línguas nacionais, não se realiza senão em relação a uma memória heterogênea na qual “o ‘mesmo’ abriga no entanto um ‘outro’, um ‘diferente’ histórico que o constitui ainda que na aparência do ‘mesmo’.” (ORLANDI, 2002, p. 23) Neste texto, para refletir sobre algumas características do presente lingüístico do Brasil e de Moçambique, tendo em vista essa memória histórica constitutiva das duas formações sociais em sua dimensão lingüística, serão consideradas duas vertentes: a legislação referente à política de línguas e as relações nem sempre muito visíveis entre as línguas e a política econômica. Inicialmente apresento um

estudo comparativo sobre a legislação portuguesa referente ao uso do português nas colônias. Em seguida, tendo em vista o período pós-colonial, discussões sobre a descolonização lingüística (ORLANDI, 2007) e sobre a situação histórica atual desses dois países, trabalho com as insólitas relações entre lingüística e economia, visando problematizar o valor econômico das línguas. Com relação a esse último ponto, retomo a provocativa pergunta de Daniel Munduruku — “Quanto custa ser índio no Brasil hoje?” — título de um depoimento dado na UERJ, em 2005, para tematizar, no texto, as relações nem sempre óbvias ou visíveis das línguas com os sistemas econômicos.

Falando do lugar de umas das mais expressivas lideranças indígenas brasileiras, Daniel afirma que com sua pergunta queria problematizar hábitos de pensamento vigentes em uma sociedade materialista, pois nesta nossa sociedade, “alguém só tem finalidade se tiver um valor, uma utilidade.” (DANIEL MUNDURUKU, 2007, p. 52) Refraseando sua própria pergunta, ele diz: “Talvez a pergunta não seja quanto custa ser índio, mas quanto custa ser um brasileiro, filho dessa terra ‘idolatrada, salve, salve’!!!” (DANIEL MUNDURUKU, *id., ibid*)

Fazendo uma analogia, e considerando as relações econômicas globalizadas que, além de promover a manutenção do imaginário da inferioridade das ex-colônias, hoje países de terceiro mundo, promovem novos tipos de desigualdades sociais e simbólicas, podemos perguntar quanto custa ser falante de português? E, quanto custa ser falante de munduruku? Ou de alguma das vinte línguas nacionais moçambicanas? Frente ao inglês, considerado cada vez mais língua global, qual o custo da defesa e manutenção de um nacionalismo plurilíngüe?

Essas perguntas, embora estranhas para um lingüista, apontam para problemas que precisam se enfrentados, principalmente nas nações que passaram pela colonização. Nos

dias de hoje, qualquer formulação de uma política de línguas e de defesa dos direitos lingüísticos dos sujeitos deveria levar em consideração a questão sócio-econômica.